

# As dimensões da participação política no Brasil

**Ednaldo Aparecido Ribeiro**

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: ednaldorip@uol.com.br

**Julian Borba:** Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: borbajulian@yahoo.com.br

## Introdução

O tema da participação política e sua relação com a democracia, talvez seja um dos mais debatidos na história da reflexão política. Como muito bem destaca Della-Porta (2003: 85), a etimologia do conceito de política remete à participação. Na democracia direta dos gregos os termos política e participação eram intercambiáveis. Já nas modernas democracias (representativas) a participação passa a ser vista como um insumo do processo político, sendo responsável pela constituição do corpo político por meio do voto. Constituída a autoridade política, a participação sai de cena, dando lugar à representação. Mesmo ocupando um papel de coadjuvante no funcionamento das modernas democracias, resta à participação outras funções relacionadas ao controle e fiscalização da autoridade política. Atividades de demandar bens públicos, tematizar questões públicas e os protestos também fazem parte do rol das formas de participação.

A moderna Ciência Política tem dedicado grande atenção ao tema em questão. Os esforços vão desde a definição conceitual da participação política em termos amplos e específicos (Teorell, Torcal e Montero, 2007; Pasquino, 2010; Brady, 1999), passando pelos condicionantes do engajamento (Verba, Schlozman e Brady, 1995a; Norris, 2007; Dalton, 2002; Dalton, Sickle e Weldon, 2009; Aldrich, 1993; Leighley, 1995; Whiteley, 1995)<sup>1</sup>, chegando às tipologias. Uma revisão dessa vasta literatura revela certo consenso no que diz respeito ao conceito de participação e alguma convergência entre os modelos preditores, todavia, o mesmo não ocorre quando no campo

---

<sup>1</sup> Os trabalhos listados acima, em geral, abordam os determinantes do engajamento no nível individual. Para uma análise, tomando os países como unidade de análise, ver Newton e Girebler (2008).

das classificações. Diferentes pesquisadores têm proposto distintas tipologias classificatórias para descrever e agrupar as várias modalidades de envolvimento dos cidadãos das democracias contemporâneas.

O confronto entre essas formulações tem fomentado um profícuo debate teórico e metodológico, cujos desdobramentos são de fundamental importância, seja na capacidade analítica da disciplina em perceber as transformações no universo da participação, verificadas no tempo e no espaço (Van Deth, 2001), seja na possibilidade de construção de instrumentos que sejam capazes de mensurar tais transformações (Brady, 1999; Teorell, Torcal e Montero, 2007). Afinal de contas, como nos alerta Henry Brady, a tarefa de classificar e nomear os fenômenos do mundo social está diretamente relacionada com a forma como atribuímos sentido a ele. Em suas palavras:

(...) Naming, distinguishing, and counting things are often thought of as pedestrian scientific tasks - suitable for museum curators, genteel amateurs, librarians, and government statisticians, but not for first-rate scientists. This perspective has changed as philosophers of science, linguists, cognitive psychologists, and practicing scientists have shown how our conceptualizations, taxonomies, and classifications underlie our world views. How we name and classify things has a lot to do with how we understand them. For social scientists this insight is doubly important because we must be concerned with natural categories - with how ordinary people name and classify things and with how they understand the world - as well as with how our scientific enterprise names and classifies things (1999: 740).

Concordando com essa relevância, o presente trabalho busca contribuir para essa discussão testando para o contexto brasileiro alguns desses modelos de classificação. Nesse sentido, buscamos não apenas confrontar no plano empírico algumas perspectivas concorrentes, mas também avaliar as suas aplicabilidades em contextos significativamente distintos daqueles existentes nas nações desenvolvidas economicamente e com longa tradição democrática, para as quais os modelos classificatórios foram predominantemente elaborados. Por meio de técnicas estatísticas multivariadas nossa intenção é verificar em que medida essas abordagens descrevem adequadamente o cenário da participação em nossa jovem democracia.

Para tanto, dividimos o trabalho em três partes, além desta. Na primeira realizamos uma apresentação das principais tipologias de

classificação, enfatizando seus principais pontos de convergência e divergência. Na segunda parte apresentamos resultados de um conjunto de testes que procuram avaliar o ajustamento desses modelos aos dados sobre a participação entre os brasileiros. Por fim, nas considerações finais avaliamos as principais consequências desses resultados para o avanço nas pesquisas sobre o tema.

## Abordagens clássicas e iniciativas recentes

Desde o seminal trabalho de Milbrath (1965) podemos constatar uma profusão de conceitos de participação. Tais definições, como bem destacou Van Deth (2001) estão diretamente articulados ao contexto em que os próprios atos de participação operam. Se nos anos de 1960, a definição se estruturava, sobretudo, em função das modalidades eleitorais, os novos repertórios que começam a fazer parte da ação coletiva desde então (protestos, boicotes, etc.), exigem um esforço de redefinição.

A tradição de pesquisas que inicia com Milbrath (1965), de início definia a participação como o conjunto de atividades relacionadas ao momento eleitoral. Sugestivas dessa interpretação são as definições de Verba e Nie (1972: 2), para os quais, por participação política deve-se entender “(...) activities by private citizens that are more or less directly aimed at influencing the selection of governmental personell and/or the actions they take”. De maneira similar, para Huntington e Nelson (1976: 17) trata-se de uma atividade “by private citizens designed to influence government decision-making”.

Tal definição é restritiva, uma vez que como define o “governo” como destinatário por excelência do ato político (Pasquino, 2010; Teorell, Torcall e Montero, 2007). A literatura de movimentos sociais tem exemplos variados para mostrar que desde os anos 60, assiste-se uma ampliação significativa naquilo que poderíamos chamar de repertórios políticos, para além da simples tentativa de influenciar as decisões governamentais; além do mais, como mesmo chegam a reconhecer Verba e colaboradores, nem toda ação política está direcionada ao governo, podendo ser destinada a “allocations of values for a society” (Verba e Nie, 1972: 2)<sup>2</sup>.

Nesse sentido, parecem mais apropriadas definições como as de Booth e Seligson (1976: 6), ao conceituá-la como “behaviour

---

<sup>2</sup> Um dos exemplos listados por vários autores, como Teorell, Torcal e Montero (2007), Van Deth (2001), de uma ação política que não é direcionada aos governantes é o boicote de certos produtos.

influencing or attempting to influence the distribution of public goods". Mais recentemente, considerando também as mudanças no âmbito da participação política, Brady a definiu como "*action by ordinary citizens directed toward influencing some political outcomes*" (1999: 737, grifos no original) <sup>3</sup>. Veja-se que os dois conceitos acima elencados já não definem um destinatário dos atos participativos (se governo ou não). Mesmo assim, pode-se perceber alguns limites em tal definição ao delimitar a "influência" como único objetivo da participação, excluindo, por exemplo, a ação direta exercida por determinados grupos (Teorell, Torcall e Montero, 2007: 336) <sup>4</sup>. Ainda assim, para nossos propósitos nesse texto, ela é suficiente para avançarmos em nossa discussão acerca das modalidades e classificações do envolvimento político.

Como se trata de um fenômeno que se manifesta de distintas formas, os investigadores do tema tem dedicado parte expressiva dos seus esforços na identificação da estrutura subjacente às distintas possíveis modalidades identificadas. Ou seja, a classificação dos diferentes tipos de envolvimento se impõe a essa agenda de pesquisa como tarefa inicial e fundamental.

Na tentativa de identificar essa estrutura básica, se estabeleceu nas últimas décadas um interessante debate entre modelos divergentes de classificação. Correndo o risco de reduzir demasiadamente essa profícua discussão, podemos identificar duas posições dominantes nessa literatura. De um lado teríamos uma perspectiva que entende os atos participativos como um *continuum* (visão unidimensional), onde os indivíduos exerceriam as diferentes modalidades em função de habilidades ou custos para a participação. De outro lado, teríamos uma abordagem que identifica diferentes padrões de recrutamento e, sobretudo, bases atitudinais e sócio-

---

<sup>3</sup> Pasquino oferece definição semelhante, de alguma maneira incluindo a ação direta. Em suas palavras: "*A participação política é o conjunto de ações e de comportamentos que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou modificar a estrutura (e, conseqüentemente, os valores) do sistema de interesses dominante*" (2010: 74), grifos no original.

<sup>4</sup> Nesse sentido, um aspecto importante a ser destacado com essas definições é que todas elas estão situadas no âmbito das institucionalidade do modelo democrático representativo e, portanto, são congruentes com determinadas concepções da teoria democrática (em especial aqui, a versão do elitismo competitivo). Outras definições de democracia, implicam que outros conceitos e práticas sejam incorporados ao conceito de participação (Teorell, 2006).

demográficas distintas entre os participantes das várias modalidades (visão multidimensional) (Brady, 1999).

No primeiro grupo podemos facilmente localizar o esforço pioneiro de classificação de Milbrath (1965)<sup>5</sup>. Para este autor, os comportamentos participativos ocorreriam no seguinte *continuum*, em termos de custos e complexidade: 1) expor-se a solicitações políticas; 2) votar; 3) participar de uma discussão política; 4) tentar convencer alguém a votar de determinado modo; 5) usar um distintivo político; 6) fazer contato com funcionários públicos; 7) contribuir com dinheiro a um partido ou candidato; 8) assistir a um comício ou assembléia; 9) se dedicar a uma campanha política; 10) ser membro ativo de um partido político; 11) participar de reuniões onde se tomam decisões políticas; 12) solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas; 13) candidatar-se a um cargo eletivo; 14) ocupar cargos públicos.

Veja-se que a ideia de um *continuum* de custos e complexidade leva a uma percepção da participação política como um fenômeno unidimensional, ou seja, para Milbrath participar é um ato singular, mesmo que algumas de suas medidas empíricas demonstrassem o baixo nível de relacionamento entre algumas das variáveis, em especial, entre o "voto" com as demais modalidades de participação (Brady, 1999: 745). No seu modelo, os cidadãos são divididos em três grupos, de acordo com o nível de engajamento. Teríamos os passivos (que não participam), os espectadores (envolvimento mínimo) e os "gladiadores" (ativistas). Seus dados empíricos forneceram elementos para defender o argumento da centralidade como determinante da participação, ou seja, os indivíduos mais centrais na estrutura social seriam mais participativos do que aqueles situados na periferia (Milbrath, 1965).

Os primeiros esforços de abordagem comparativa da participação vão ser desenvolvidos em Verba, Nie e Kim (1971), Verba e Nie (1972) e Verba, Nie e Kim (1978)<sup>6</sup>. Opondo-se à perspectiva de Milbrath, propõem que a participação política se estruturaria através de quatro modalidades<sup>7</sup>, sendo elas: *voto, atividade de campanha, contato*

---

<sup>5</sup> A base empírica de tais trabalhos é o *American National Election Survey*, uma pesquisa nacional, aplicada desde 1952.

<sup>6</sup> O próprio Milbrath em estudo posterior (Milbrath e Goel, 1977) acaba incorporando a ideia de um modelo multidimensional.

<sup>7</sup> As dimensões propostas por Verba e colaboradores estão relacionadas a alguns elementos diferenciadores dos atos participativos. São eles: o tipo de influência exercida sobre os líderes (em termos de pressão e informação); o alcance dos resultados (toda a sociedade ou apenas o indivíduo); o grau de conflito; a

*político e atividade cooperativa*<sup>8</sup>. Tais dimensões foram extraídas a partir de testes de correlação interna entre as variáveis e de análises fatoriais que permitiram seu agrupamento nas dimensões acima<sup>9</sup>.

O grande mérito das referidas pesquisas foi, além do aspecto comparativo, sua busca por uma análise desagregada dos atos de participação. Nesse sentido, com essa abordagem puderam chegar a conclusões muito distintas daquelas de Milbrath, de que a participação operaria num *continuum*. Para esses autores, ao invés disso, teríamos múltiplos níveis, onde os participantes incluídos em cada um deles, teriam atributos sócio-demográficos e atitudinais distintos<sup>10</sup>.

O problemático nas classificações propostas nos trabalhos listados acima de Milbrath e Verba e colaboradores é o seu reducionismo. Como bem destaca Norris (2007), o modelo analítico por eles desenhado previa apenas o engajamento político do tipo "citizen-oriented". Tal abordagem, se de alguma maneira conseguia captar os repertórios de participação política mais tradicionais até os anos sessenta, se mostrou reducionista ao não computar o protesto e outras atividades políticas como modalidades de participação.

A incorporação das modalidades de protesto político nos estudos de participação somente vai receber um tratamento empírico sistemático, em *Political Action*, de Barnes e Kaase (1979). O ponto de partida desse trabalho é o reconhecimento de que "*the waves of political protest that swept the advanced industrial democracies in the late 1970s*" (Barnes e Kaase, 1979: 13, grifos no original). A importância deste reconhecimento está relacionada ao fato de que até então, o fenômeno da participação massiva e da mobilização política na forma de protestos eram associadas ao contexto de instabilidade política dos países em desenvolvimento. A maior expressão desse diagnóstico está binômio participação/institucionalização, de Samuel Huntington (1975), bem como nos seus

---

quantidade de iniciativa que requer e a quantidade de cooperação que a iniciativa requer (essa última dimensão foi incluída no estudo de 1978).

<sup>8</sup> O estudo incluía em suas questões, além de perguntas relativas a participação eleitoral, e contato com governantes, o envolvimento em grupos (políticos e não políticos) e atividades cooperativas no nível local.

<sup>9</sup> Os estudos de 1971 e 1978 abrangeu sete países, sendo eles Austria, Índia, Japão, Holanda, Estados Unidos e Iugoslávia.

<sup>10</sup> A abordagem proposta por Verba e colaboradores foi testada em outros contextos, como é o caso do trabalho de Kalaycioglu e Turan (1981) ao confirmarem empiricamente a validade da classificação das modalidades de participação proposta por Verba, Nie e Kim (1978), num estudo que abrangeu a Turquia, Coreia do Sul e Kênia.

trabalhos específicos sobre participação política em tais contextos (Huntington e Nelson, 1976)<sup>11</sup>.

Ao incorporar as atividades de protesto e contestação como uma modalidade de participação política, percebendo-as não como uma anomalia típica dos países subdesenvolvidos, mas como fenômenos que estavam acontecendo naqueles contextos centrais em termos de desenvolvimento político e econômico - e sem necessariamente apontar para uma crise de legitimidade das democracias como chegou a ser apontado em alguns estudos -, tal projeto levou à reformulação das próprias formas de mensurar e classificar a participação política, como veremos abaixo.

O projeto *Political Action* teve início em 1971, reunindo cientistas sociais em torno de um estudo que abrangeu a realidade de cinco países (Áustria, Inglaterra, Holanda, Estados Unidos e Alemanha Ocidental<sup>12</sup>). A obra, de 1979, apresenta os resultados de tal pesquisa. Para os nossos objetivos, interessa destacar a tipologia de participação política que é elaborada em tal estudo - e que passa a ser incorporada ao vocabulário dos estudos de participação, desde então -, que é aquela divisão entre as “modalidades convencionais” e “não convencionais”. No rol das modalidades convencionais, teríamos aquelas já apresentadas acima, constantes dos modelos de Verba e Nie (1972)<sup>13</sup>. Já, como atividades não convencionais, teríamos às relacionadas aos atos de protesto, as quais, numa escala de complexidade (e custos), são: assinar um abaixo-assinado, participar de manifestações legais, participar de boicotes, recusar-se a pagar aluguel ou impostos, ocupar edifícios ou fábricas, bloquear o tráfego com demonstrações de rua, participar de greves<sup>14</sup>.

A tipologia proposta em *Political action* percebe a relação entre participação convencional e não convencional não como excludentes,

---

<sup>11</sup> Deve-se lembrar também que no contexto dos anos setenta, a expansão da participação foi tratada como um dos sinais da crise de governabilidade das democracias (Crozier, Huntington e Watanuki, 1975).

<sup>12</sup> Incluí também dados de Itália, Suíça e Finlândia.

<sup>13</sup> Além das modalidades já mencionadas em Verba e Nie (1972) os autores incluem “ler sobre política nos jornais” e “discutir política com os amigos”, o que leva a um questionamento de Brady (1999), se tais ações realmente poderiam ser enquadradas como modalidades de participação política.

<sup>14</sup> Reconhecendo-se a dificuldade de mensurar atividades episódicas e irregulares como as de protesto, os autores desenvolvem uma complexa metodologia que combina a participação em atividades de protesto com a propensão à participar (Barnes e Kaase, 1979). Para uma análise detalhada da metodologia de *Political action*, Brady (1999).

mas como produto de “repertórios”<sup>15</sup> mobilizados pelos ativistas, dependendo do contexto. Nesse sentido, a participação aqui volta a ser vista como um *fenômeno unidimensional*, cujas modalidades fazem parte de repertórios, que são mobilizados pelos indivíduos num *continuum* que envolve custos e complexidade crescentes<sup>16</sup>. Tal orientação foi sistematizada pelos autores numa escala, a “tipologia do repertório de ação política”, que classifica os indivíduos em inativos<sup>17</sup>, conformistas<sup>18</sup>, reformistas<sup>19</sup>, ativistas<sup>20</sup> e “protesters”<sup>21</sup>. A escala está apresentada no quadro abaixo:

Como amplamente reconhecido pela literatura, *Political action* foi um divisor de águas nos estudos sobre participação, ao incluir as modalidades não convencionais (Brady, 1999; Van Deth, 2001; Verba, Schlozman e Brady, 1995a)<sup>22</sup>. Em termos metodológicos também realizou inovações ao articular a dimensão das atitudes e comportamentos na criação de uma escala de participação não convencional. Em que pese tais avanços, o estudo sofreu críticas principalmente em função de uma interpretação homogeneizante dos atos participativos (Brady, 1999: 754) e pelo fato de ser obscuro quanto às distinções internas às distintas modalidades (Teorell, Torcal e Montero, 2007: 334). Por fim, deve-se destacar que o estudo foi replicado em 1979-1981, em pesquisa realizada em três países

---

<sup>15</sup> A idéia de “repertórios” da ação coletiva vai ganhar tratamento sistemático na obra de um conjunto de autores situados em torno da *teoria do processo político*, entre os quais, Charles Tilly, Sidney Tarrow e Douglas Macdam. Para uma visão de tal perspectiva aplicada ao estudo dos movimentos sociais, ver Tarrow (2009) e Tilly (2006).

<sup>16</sup> A metodologia utilizada para construir a escala de participação em *Political Action*, foi a escala de Gutmann. Para maiores detalhes sobre tal metodologia, vide Brady (1999).

<sup>17</sup> Em termos de dados empíricos, os inativos seriam em número de 17, 9% na Holanda, 30% no Reino Unido, 12, 3% nos Eua, 26,6% na Alemanha e 34,9 na Austria.

<sup>18</sup> Seriam de 11,1% na Holanda, 15,4% no Reino Unido, 17,5% nos Eua, 13,5% na Alemanha e 19,2% na Austria.

<sup>19</sup> Seriam de 19,8% na Holanda, 21,9% no Reino Unido, 36,0% nos Eua, 24,6% na Alemanha e 20,9% na Austria.

<sup>20</sup> Seriam de 19,3% na Holanda, 10,2% no Reino Unido, 14,4% nos Eua, 8% na Alemanha e 5,9 na Austria.

<sup>21</sup> Em número de 31, 9% na Holanda, 22,4% no Reino Unido, 19,8% nos Eua, 27,3% na Alemanha e 19,1% na Austria.

<sup>22</sup> A distinção entre participação “convencional” e “não convencional” tem sido recorrentemente utilizada nos principais trabalhos que se ocupam do comportamento político, em que pesem algumas adaptações conceituais, veja-se em especial Inglehart e Welzel (2009); Dalton e Klingemann (2007), Topf (1995a e 1995b), Norris (2002; 2007), Clark e Hoffman-Martintot (1998), Dalton (2002, 2009).

(Holanda, Alemanha e Estados Unidos) e cujos resultados estão em Jennings et al (1990).

A grande inovação posterior a *Political action* é sem dúvida o trabalho de Verba, Schlozman e Brady (1995a)<sup>23</sup>. Tal iniciativa incorpora a participação não convencional como modalidade de participação, mas também inclui modalidades não enderçadas ao “governo”, como o “voluntariado”. Como bem destaca Van Deth (2001) essa nova ampliação das medidas de participação foi resultante do *revival* dos argumentos Tocquevilleanos, em especial pelas robustas evidências empíricas apresentadas pelos trabalhos de Robert Putnam (1996, 2002 e 2003). Nas palavras de Van Deth: “The disappearing borderline between political and nonpolitical spheres of modern society and the revival of Tocquevillean and communitarian approaches lead to an expansion of political participation with ‘civil’ activities such as volunteering and social engagement” (Van Deth, 2001: 6).

Nesse sentido, Verba, Schlozman e Brady (1995a) vão desenvolver aquilo que foi denominado de modelo do “voluntarismo cívico”, onde o processo de engajamento político é visto como mediado pela relação entre custos e recursos, sendo a participação resultante das motivações e das capacidades dos indivíduos para participar, as quais são mediadas pelas “redes de recrutamento”<sup>24</sup>. Os recursos mais significativos seriam o tempo, o dinheiro e as “habilidades” individuais.

Em termos de classificação das modalidades de participação, o estudo chega a uma tipologia composta por nove elementos, reafirmando a *multidimensionalidade* do fenômeno. Tais dimensões seriam: votar, trabalhar em campanhas políticas, contribuição para campanhas, contato com oficiais, protesto, trabalho informal na comunidade, membro de um conselho local, filiação a uma organização política e contribuição a uma causa política. O esquema classificatório, com seus correlatos de requerimentos de recursos, informações e variação do volume estão apresentadas na tabela abaixo<sup>25</sup>:

---

<sup>23</sup> Como destaca Brady (1999: 758) tal estudo também foi replicado na Estônia e Rússia.

<sup>24</sup> Uma discussão sobre o modelo teórico proposto encontra-se em Verba, Schlozman e Brady (1995b).

<sup>25</sup> As modalidades de participação política classificadas por Verba, Schlozman e Brady (1995a) são extraídas de um conjunto formado por 32 perguntas do questionário elaborado no contexto do projeto “Citzen Participation”.

**TABELA 1. OS ATRIBUTOS DAS ATIVIDADES POLÍTICAS**

Atividade	Capacidade para transmitir informação	Variação no volume	Requerimentos
Voto	Baixo	Baixo	Tempo
Trabalho de campanha	Misto	Alto	Tempo e Dinheiro
Contribuição para campanha	Misto	Alto	Dinheiro
Protesto	Alto	Médio	Tempo, Habilidades
Contato com agentes públicos	Alto	Médio	Tempo
Trabalho informal na comunidade	Alto	Alto	Tempo, Habilidades
Membro de um clube político local	Alto	Alto	Tempo, Habilidades
Filiação a uma organização partidária	Misto	Alto	Tempo, Habilidades, Dinheiro
Contribuição a uma causa política	Misto	Muito alto	Dinheiro

Fonte: Verba, Schlozman e Brady (1995a: 48)

O trabalho de Verba, Schlozman e Brady (1995a) pode ser considerado o maior esforço teórico e metodológico no âmbito da construção de uma teoria da participação política empiricamente orientada. Seus resultados têm tido desdobramentos tanto em novas pesquisas empíricas (Burns, Schlozman e Verba, 2001; Lijphart, 1997), como também no debate normativo ocorrido no âmbito da disciplina (Verba, 2006; Dahl, 2006)<sup>26</sup>.

Especificamente no âmbito da pesquisa empírica o estudo reafirmou o conteúdo multidimensional da participação e promoveu uma articulação daquilo que a literatura tradicionalmente tratava de forma diferenciada, que é relação entre participação política e participação social. Por outro lado, essa ampliação do escopo do conceito e dos indicadores de participação política, deu margem para críticas como as de Van Deth (2001), ao destacar que a incorporação de novos elementos (modalidades) classificados como “políticos” nos estudos de participação - que ocorreu de forma contínua ao longo dos últimos anos - , se por um lado é um indicativo de que os fenômenos em questão são historicamente constituídos e nesse sentido, essa ampliação seria um sinal de vitalidade desse campo de

<sup>26</sup> O volume 91, número 2, de 1996, da *American Political Science Review*, dedicou várias resenhas à *Voice and Equality*.

pesquisas, em sua capacidade de acompanhar o desdobramento daquilo que acontece na história. Por outro, essa ampliação conceitual é problemática, pois coloca o risco de se perder a referência sobre as linhas demarcatórias daquilo que seria um conceito mínimo de participação política. O risco, nesse caso, como afirma Van Deth (2001) é sua ampliação rumo a uma “teoria do tudo”!

Um trabalho mais recente é o de Teorell, Torcal e Montero (2007). Os autores, após uma exaustiva análise sobre modelos existentes e utilizando dados do *CID Survey*<sup>27</sup> - abordam um grande conjunto de modalidades de participação e ação políticas, divididas em atividades relacionadas ao voto, partidos, atividades de protesto e também o uso político da Internet<sup>28</sup>.

Sua proposta de tipologia toma como ponto de partida o diagnóstico de que os ativistas optam por determinadas modalidades de participação, de modo que “(...) specific kinds of activities cluster together to form a distinct dimension of political participation” (2007: 340). Para realizar a classificação, procedem de modo a organizar as modalidades a partir de duas dimensões: o canal de expressão e o mecanismo de influência. O canal de expressão pode ser utilizado através do uso dos canais de representação (voto e a atividade partidária) ou extra- representação (protesto e a “consumer participation”). Uma modalidade mista de expressão seria o “contato político”. Já o mecanismo de influência poderia se dar através de estratégias de “saída” (voto, a “consumer

---

<sup>27</sup> Trata-se do projeto Citizenship, Involvement, Democracy (CID), cujas pesquisas desenvolvem-se nos Estados Unidos (<http://www8.georgetown.edu/centers/cdacs/cid/>) e na Europa, através da articulação entre pesquisadores de várias universidades. Para maiores informações ver <http://www.mzes.uni-mannheim.de/projekte/cid/>.

<sup>28</sup> O questionário pergunta se nos últimos doze meses, o respondente participou de: (a) Voto: votou em eleições parlamentares, se absteve do voto como forma de protesto; (b) Envolvimento em partidos políticos: membro de partido, participou em atividades partidárias, doou dinheiro, prestou trabalho voluntário; (c) Ações para influenciar a sociedade: contato com políticos, contato com organizações, contato com servidores públicos, trabalhou num partido político, trabalhou numa ação política de grupos, trabalhou em outras organizações, usou ou exibiu algum cracha, assinou um abaixo assinado, participou de demonstrações públicas, participou de greve, boicou determinados produtos, comprou certos produtos, doou dinheiro, recolheu dinheiro, contactou a mídia, participou em protestos ilegais, reuniões políticas, outras, (d) uso da internet para influenciar a sociedade. Ao todo, são 28 perguntas no questionário que são relacionadas para desenvolver sua tipologia da participação (Van Deth, 2001).

participation"<sup>29</sup>) e ou "voz"<sup>30</sup> (atividade partidária, protesto e contato).

Sua tipologia, como os próprios autores reconhecem é bastante próxima daquela de Verba e Nie (1972), porém, incluindo os canais extra representativos de expressão política, como o protesto ou o "*consumer participation*". O teste empírico da tipologia foi conduzido com os dados dos 13 países participantes do CID Survey, através da técnica da "análise dos componentes principais". Os resultados confirmam a validade da classificação para todos os países, com exceção de Portugal<sup>31</sup>, cujo modelo produziu um agrupamento distinto para as variáveis, o que leva os autores a concluírem que:

The fact that the dimensional pattern is almost identical in these otherwise distinctive spheres of political, economic, and cultural spheres is a strong argument for measurement equivalence of our four modes of activity. This result supports the argument that the multidimensionality of political participation is embedded in the distinctive nature of each mode of participation, and do not respond to nation-specific institutional settings (1972: 348).

A classificação elaborada por Teorell, Torcal e Montero (2007) pode ser considerada uma das mais sofisticadas construções metodológicas no campo da sociologia da participação, seja pela complexidade do conjunto de questões incluídas no CID survey (25 perguntas), seja por incorporar novas modalidades de participação, como é o caso da "*consumer participation*". Além disso, avança na compreensão do caráter multidimensional do fenômeno, ao separar as modalidades conforme seus canais de expressão e os mecanismos de influência, cuja diferença interna se relaciona aos custos envolvidos nos diferentes atos. Por fim, tais indicadores foram validados nos testes empíricos realizados. O limite do trabalho está

---

<sup>29</sup> A incorporação do "*consumer participation*" como uma modalidade de participação política está relacionada às atividades de boicotes ao consumo de determinados produtos por razões de ordem ecológica ou social. Verificam-se também campanhas de estímulo a determinados hábitos alimentares e ao consumo de determinados tipos de produtos (p. ex. os alimentos orgânicos). Sobre o tema, ver (Stolle; Hooghe e Micheletti, 2005).

<sup>30</sup> Os autores fazem uso da clássica tipologia de Albert Hirschmann (1970) que estuda o comportamento de consumidores e cidadãos a partir das estratégias de "saída", "voz" ou "lealdade".

<sup>31</sup> O caso de Portugal, segundo os autores, "*party mobilisation appears to obstruct the presence of distinct dimensions of protest activity and consumer participation*" (1972: 355).

no fato de se circunscrever à realidade das democracias europeias, onde, em que pese as diferenças entre os países, não consegue captar muitas outras diferenças de contexto. Os próprios autores (1972: 343) reconhecem tal fragilidade quando comparam sua tipologia àquela formulada por Verba e Nie (1972).

Essa breve revisão dos modelos de classificação indica o quanto o debate continua aberto. A ausência de trabalhos sobre o contexto latino-americano é também algo que merece destaque, pois como procuramos demonstrar, esse tema tem despertado interesse expressivo de pesquisadores europeus e norte americanos. Diante dessas constatações é que pretendemos na próxima seção apresentar resultados de análises multivariadas que buscaram identificar como o fenômeno da participação se manifesta entre o público brasileiro.

## Questões Metodológicas

### 1 - Dados

Inicialmente é preciso ressaltar que a tarefa proposta é significativamente dificultada pela ausência de bases de dados produzidas especificamente para o estudo das formas de engajamento político do cidadão em nosso país. Iniciativas como a do projeto *Citizenship, Involvement, Democracy (CID)*, ainda não foram conduzidas nos países latino-americanos, o que nos obriga a trabalhar com informações provenientes de baterias reduzidas de questões incluídas em *surveys* cujos objetivos são mais gerais. Apesar de todos os seus méritos, essas fontes são insuficientes para a realização de testes sobre a ampla variedade de modalidades catalogada pela literatura.

As bases da última onda do *World Values Survey (WVS)*, por exemplo, trazem uma bateria que cobre satisfatoriamente diferentes tipos de associações e instituições tradicionais como partidos e sindicatos. Além disso, apresenta três variáveis sobre modalidades de protesto. Entretanto, não fornece dados sobre formas de contato dos cidadãos com diferentes ocupantes de cargos públicos, o que tem sido identificado como uma importante forma de ação. Também não traz informações sobre o envolvimento comunitário para a solução de problemas locais, sem necessariamente passar pela participação em associações.

O *Latin American Public Opinion Research (LAPOP)*, por sua vez, inclui questões sobre os contatos com oficiais, porém não distingue diferentes formas de protesto. Como as formas ligadas à contestação

tem ganhado relevância cada vez maior no cenário internacional, nos parece pouco adequado em um estudo sobre classificações o emprego de uma única medida para se referir a coisas tão distintas como boicotes, petições, manifestações e ocupações.

Essas são as duas fontes de dados mais recentes disponíveis para os pesquisadores independentes, o que conseqüentemente nos coloca em uma situação metodológica delicada. O ideal seria a junção dessas duas bases, de modo que as lacunas de uma pudessem ser preenchidas pela outra. Isso infelizmente não é possível, o que no obriga a selecionar os dados do WVS de 2006, sobretudo porque temos um interesse especial em analisar a relação entre as modalidades de protesto e as demais formas de envolvimento dos cidadãos.

## *2 - Procedimentos*

Como procuramos apontar na seção anterior, a questão ocupa o centro do debate sobre as classificações parece ser a oposição entre uni e multidimensionalidade, sendo assim, nosso foco de atenção também se voltará para esse ponto. Para tanto, utilizaremos a técnica de redução de dimensionalidade chamada de análise fatorial, útil quando se trata de identificar os interrelacionamentos entre um grande número de variáveis e também para explicá-las em termos de dimensões latentes comuns (Hair *et al*, 1993). Como se trata de uma técnica de interdependência, a análise fatorial considera cada uma das medidas observadas como dependentes em relação a um grupo de variáveis não observadas ou hipotéticas (fatores). Desta forma, tal procedimento nos indicará basicamente como os conjuntos de variáveis sobre participação se relacionam e se agrupam em dimensões fatores subjacentes.

Em um primeiro momento conduzimos as análises de forma exploratória utilizando como método de extração a técnica de componentes principais sem partir de qualquer suposição teórica ou modelo prévio, deixando em aberto a possibilidade de distintos agrupamentos.

Partindo desses resultados preliminares, empreendemos análises fatoriais confirmatórias para entender com maior precisão o que ocorre no interior desses fatores, bem como identificar possíveis relações entre as dimensões.

## Dimensões da participação

Começando com uma breve descrição de indicadores, na Tabela 2 estão dispostos os dados sobre todas as formas de envolvimento presentes na base do WVS coletada no ano de 2006 a partir de uma amostra de 1500 indivíduos. Nas primeiras nove modalidades o questionário oferece aos entrevistados, as opções a) *não pertence à organização/intituição*, b) *pertence, ma não participa* e c) *pertence e participa*. As variáveis sobre protesto, por sua vez, apresentam as alternativas a) *já fez alguma*, b) *poderia vir a fazer* e c) *não faria nunca*.

O envolvimento efetivo (pertencimento com participação) com igrejas/organizações religiosas é o único que atinge patamares elevados, ultrapassando a metade da amostra. Todas as demais registram percentuais tímidos, não ultrapassando 15%. No que diz respeito às modalidades de protesto, constatamos a participação expressiva em abaixo-assinados (55,5%), seguida pelo envolvimento em manifestações (18,2%). Com menor frequência aparecem os boicotes (7,8).

**TABELA 2. FREQUÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO NO BRASIL - WVS 2006 (%)**

Modalidade	Não pertence	Pertence, mas não participa	Pertence e participa
	Igreja	23,4	25
Assoc. de Caridade	80	5.8	14.2
Assoc. Artística/Musical/Cultural	85.4	4.3	10.2
Assoc. Esportiva/Recreativa	81.2	6.5	12.3
Sindicato	81.1	10.2	8.7
Partido	89.7	5	5.3
Assoc. Ambiental	93	3.4	3.6
Assoc. Profissional	85.8	5.5	8.7
Assoc. de Consumidores	96.1	1.8	2
	Não faria nunca	Poderia fazer	Já fiz
Abaixo-Assinado	16.9	27.6	55.5
Boicotes	66.8	25.3	7.8
Manifestações	41.9	39.8	18.2

Fonte: World Value Survey (2006).

Passando ao nosso objetivo central, abaixo (Tabela 3) apresentamos os resultados da análise fatorial. O Fator 1 é o que reúne o maior número de variáveis relativas à modalidades bastante

distintas e com cargas fatoriais que vão de .61 a .64. Sindicato, partido, associações ambientais e profissionais compõem esse agrupamento. As duas primeiras poderiam facilmente ser associadas ao que a literatura tem chamado de participação convencional ou tradicional, o que torna a sua relação com organizações ambientais realmente uma surpresa, sobretudo porque a preocupação com questões relativas ao meio ambiente tem sido associada aos chamados valores pós-materialistas pela literatura recente (Inglehart e Welzel, 2009). Como esses valores estão, por sua vez, correlacionados à crítica dos mecanismos tradicionais de envolvimento político, o caso brasileiro apresenta um comportamento bastante distinto ao associar o envolvimento em organizações ambientais aos sindicatos e partidos.

Duas outras modalidades estão potencialmente envolvidas nesse primeiro fator: associação esportiva/recreativa e de consumidores. Normalmente cargas fatoriais maiores que .30 são consideradas significativas sob o ponto de vista estatístico (Hair *et al*, 1993), todavia, nas ciências sociais a maior parte das análises tem tomado o patamar de .50 como valor crítico. Segundo esse critério, portanto, essas duas formas de envolvimento não estariam associadas a nenhuma das três variáveis latentes.

**TABELA 3. DIMENSÕES DA PARTICIPAÇÃO NO BRASIL,  
WVS 2006**

	Fatores		
	1	2	3
Igreja	-.151	-.121	.737
Assoc. de Caridade	.257	.056	.636
Assoc. Artística/Musical/Cultural	.314	.122	.510
Assoc. Esportiva/Recreativa	.361	.168	.064
Sindicato	.610	.045	-.102
Partido	.614	.040	-.009
Assoc. Ambiental	.645	-.029	.279
Assoc. Profissional	.625	.079	.181
Assoc. de Consumidores	.480	-.091	.274
Abaixo-Assinado	-.019	.729	.034
Boicotes	.068	.725	-.041
Manifestações	.112	.793	.012
% de Variação		44,16	

Fonte: World Value Survey (2006).

Notas: Extração por Análise de Componentes Principais, com rotação Varimax e normalização Kaiser.

O Fator 2, por sua vez, agrupa claramente, e com cargas fatoriais bastante expressivas (de .72 a .79), as formas de protesto. Assinatura de abaixo-assinados, participação em boicotes e comparecimento em manifestações estão fortemente associados entre os cidadãos brasileiros e compõem claramente uma dimensão distinta da participação. Deve-se destacar, que nesse aspecto específico, os resultados para o Brasil são bastante semelhantes aos encontrados em outros contextos (Teorell, Torcal e Montero, 2007; Verba, Schlozman e Brady, 1995a).

O Fator 3, finalmente, agrupa igrejas, associações de caridade e associações artísticas/musicais/culturais. A relação entre as duas primeiras já poderia ser prevista, uma vez que a caridade e o assistencialismo historicamente estão historicamente ligados a atividades religiosas em nosso país e na América Latina como um todo (Avritzer, 1997).

Levando em consideração esses resultados podemos afirmar que a *unidimensionalidade das modalidades de participação não se verifica*, sobretudo em razão do claro distanciamento das formas de protesto em relação às demais formas de envolvimento dos cidadãos.

Como descrito na seção metodológica, até agora os testes não partiram de qualquer pressuposição quanto aos possíveis agrupamentos envolvendo as diferentes formas de participação. De forma exploratória, definimos apenas critérios estatísticos mínimos para a composição dos fatores, deixando com que as dimensões fossem estabelecidas a partir da distribuição objetiva das modalidades nas suas respectivas variáveis latentes. Com base nesses resultados exploratórios, por meio da técnica de *Análise Fatorial Confirmatória* (Arbuckle, 2005), buscamos na sequência verificar a consistência dessa estrutura dimensional e, principalmente, investigar as possíveis relações existentes entre os fatores gerados.

A Figura 1 apresenta os resultados desse procedimento. As variáveis observadas, que correspondem às diferentes modalidades, são representadas por triângulos, enquanto as variáveis latentes que correspondem aos fatores aparecem no interior de elipses. Cada uma das elipses está ligada por uma seta a um conjunto de modalidades, no caso do Fator 1, por exemplo, sua ligação se dá com Igreja, Assoc. Art/Mus/Cultural e Assoc. de Caridade. Os fatores também estão ligados entre si, por meio de setas com duplo sentido que representam os possíveis relacionamentos empíricos entre as dimensões. Finalmente, em pequenas elipses posicionadas à direita dos retângulos das modalidades, estão os termos de erros relativos de cada uma das variáveis. A inclusão desses itens é fundamental

para a construção do modelo, uma vez que as variáveis observadas não podem ser explicadas na sua totalidade pelos fatores gerados pela etapa exploratória de nossa análise. O modelo completo possui 27 variáveis, sendo 12 observadas e 15 não observadas e seu ajuste total, medido pelo CFI (Comparative Fit Index) é de .93. Valores de CFI superiores a 0.90 são considerados pela literatura como aceitáveis (Bentler e Bonett, 1980; Bentler, 1990).

Esse novo procedimento confirma os resultados anteriores, mostrando que há consistência na composição das dimensões, pois todos os coeficientes que aparecem sobre as setas que ligam as modalidades aos fatores são estatisticamente significativos em um nível bastante exigente ( $p=0.000$ ) e variam de .20 à .63. O menor valor foi verificado na relação entre a participação em igreja e o Fator 1, o que podemos atribuir à frequência significativamente maior dessa modalidade entre os brasileiros.

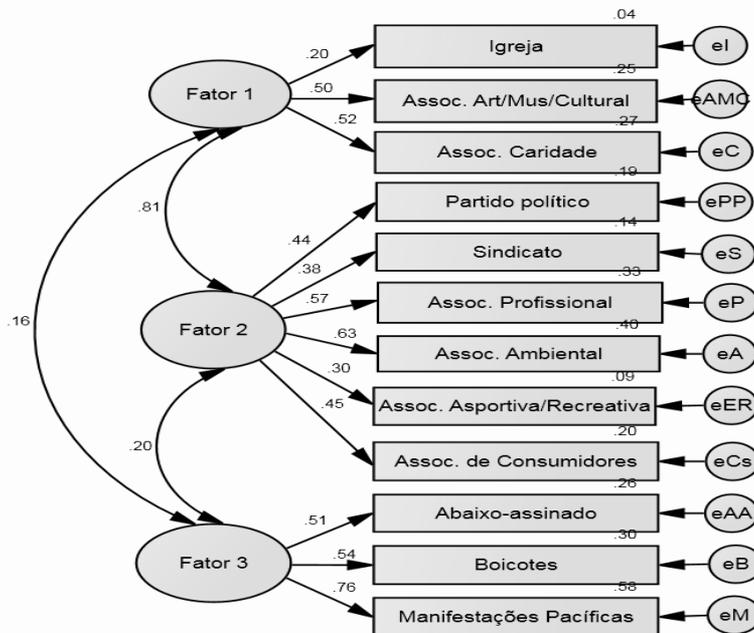


FIGURA 1. Dimensões da Participação no Brasil, WVS - 2006.

No que diz respeito à relação entre as dimensões, os resultados são interessantes, pois apontam correlações estatisticamente significativas em todas as dimensões, porém com intensidades muito distintas. O Fator 1 está fracamente relacionado com o Fator 3 (.16),

o que indica que a dimensão do protesto político está pouco ligada aquela que reúne igrejas, organizações de caridade e as associações culturais e educacionais. Se considerarmos nossa história política recente, em especial o período de luta pela abertura política nas décadas finais do século passado, esse dado revela mudança importante. Naquele momento, organizações ligadas à igreja, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e entidades ligadas à cultura tiveram um papel fundamental na luta pela democratização, recorrendo frequentemente à mobilização e manifestações de natureza contestatória (Lesbaupin, 1983).

Igualmente fraco (.20) foi o relacionamento entre o Fato 2 e o Fator 3, o que é compatível com uma expectativa gerada pelas recentes investigações internacionais sobre os movimentos de protesto. Como Norris (2007) e Inglehart e Welzel (2009) demonstram, a emergência de uma nova cidadania crítica nas nações economicamente desenvolvidas tem ocorrido por meio da oposição às formas tradicionais de participação, como o envolvimento em partidos e sindicatos. No cenário brasileiro, ainda que o Fator 2 não represente de maneira perfeita uma dimensão tradicional, pois reúne também organizações ambientais e de consumidores, algo semelhante parece ocorrer. O envolvimento em formas convencionais não está associado de maneira considerável ao ativismo contestatório, reforçando a hipótese da multidimensionalidade.

Em oposição, verificamos correlação bastante elevada (.81) entre os dois primeiros fatores, mostrando que apesar de não poderem ser reduzidos a única dimensão, guardam uma relação íntima entre si. Desta forma, a estrutura composta por três dimensões, apresenta dois dos seus pilares bastante unidos, ficando isolada a dimensão referente ao protesto.

## Considerações Finais

Os resultados apresentados acima confirmam a hipótese da multidimensionalidade dos atos participativos no Brasil. Nesse sentido, podemos considerar que o relacionamento entre as distintas modalidades de participação em nosso país segue os parâmetros gerais do que se tem observado em outras democracias.

Tal constatação, que é significativa por si só, não elimina por completo as diferenças e especificidades do caso brasileiro, sobre as quais, nos deteremos nas linhas abaixo. Nosso ponto de partida são as realidades norte-americana e europeia (Teorell, Torcal e Montero, 2007; Verba, Schlozman e Brady, 1995a), onde existe uma clara

dissociação entre as modalidades típicas da democracia representativa (voto, partidos, contato político) e as demais modalidades de participação.

Um aspecto que diferencia nossa realidade daquela apresentada nos trabalhos elencados acima, é que no caso brasileiro, participação em partidos ficou agrupada num mesmo fator com as formas de participação associativa ligadas à defesa de categorias profissionais (sindicatos e associações profissionais, às de defesa do meio ambiente, às organizações esportivas/recreativas e de consumidores.

Num plano fundamentalmente hipotético, vamos recorrer à trajetória política nacional para elaborar algumas proposições no sentido de conferir inteligibilidade a tais dados. No que se refere às relações entre partidos políticos e organizações sindicais e profissionais, uma possibilidade de interpretação está no plano da *dependência de trajetória* das instituições políticas brasileiras em relação ao corporativismo. Nesse sentido, como bem lembrou Nunes (1995), o corporativismo foi uma das gramáticas que marcaram a estruturação das instituições políticas brasileiras. Tal gramática que se estruturou desde os anos do varguismo, tem na legislação trabalhista uma de suas principais expressões. Como se sabe, os sindicatos e as organizações profissionais assumem proeminência dentro dessa institucionalidade, que não foi substancialmente alterada nem nos governos militares, nem por nenhum dos presidentes eleitos após a redemocratização. A configuração institucional do corporativismo esteve profundamente relacionada com a estruturação dos sistemas partidários que existiram ao longo da história política republicana brasileira (Souza, 1976, Kinzo, 1993), em especial com os partidos de esquerda, como o PTB das décadas de 1950 e 1960 e, a partir década de 1980, o PDT (que confere continuidade ao trabalhismo varguista) e o PT<sup>32</sup>. Vale lembrar da relação quase indissociável entre o “novo sindicalismo” e o surgimento do PT (Meneguello, 1989). Como vários estudos têm apontado (Kinzo, 2005; Carreirão e Kinzo, 2004; Veiga, 2007; Singer, 2010), em que pese a fragilidade dos partidos junto ao eleitorado, têm sido os partidos de esquerda, em especial o PT, os que possuem as bases mais sólidas de identificação e os que mais se aproximam do modelo do “partido de massas”. Nesse sentido, é possível supor que as relações encontradas entre participação em partidos e em associações profissionais e sindicais, deva-se a esse aspecto, que

---

<sup>32</sup> Deve-se destacar que o “novo sindicalismo”, que é uma das matrizes fundadoras do PT, se estruturou a partir de um discurso crítico à herança varguista.

poderíamos chamar de uma dependência de trajetória do sistema partidário brasileiro, para com o modelo corporativo.

Com relação às organizações ambientais, as relações são menos claras, porém aqui também aqui, como nos apontam estudos como o de Wilson Oliveira (2008) sobre a constituição do campo do ativismo ambientalista no Brasil, verifica-se uma forte articulação entre alguns segmentos profissionais e partidários (aqui também, em especial o PT) e as organizações ambientalistas. Nas palavras do autor (2008: 773): “No contexto ditatorial (...) eram indivíduos pertencentes ou que tinham acesso privilegiado aos grupos ou às elites governantes os principais protagonistas das lutas ambientais. (...) Diferentemente, os exemplos referentes ao contexto de ‘abertura política’ e de ‘redemocratização’ demonstram a grande importância dos recursos e vínculos decorrentes da inserção em organizações partidárias e em movimentos sociais diversificados para o ingresso e a continuidade em organizações ambientalistas a partir dos anos 1980”.

No que se refere às organizações esportivas e culturais e as de consumidores, aqui as relações são menos imediatas com as demais formas associativas e, a ausência de estudos sobre tais organizações nos impede de avançar minimamente em termos de hipótese.

Por fim, destacamos as organizações religiosas (participação em igrejas), que, no estudo apareceu vinculada a outras organizações típicas do associativismo comunitário (artísticas e de caridade). Tal fator é semelhante ao que Verba e colaboradores denominam de “trabalho informal na comunidade”, o que também nos aproxima das realidades estudadas por eles. O que chama a atenção aí não é tal semelhança, mas, conforme já comentamos acima, a *dissociação entre participação em igrejas e as modalidades de protesto político*. Nesse caso, considerando a história política recente do país, era de se esperar que ambas estivessem associadas. Nos parece que uma possibilidade de interpretação esteja nas mudanças de orientação da própria igreja católica no país, com o significativo declínio da influência das concepções oriundas da teologia da libertação e sua substituição por concepções como a da renovação carismática, cuja lógica de ação se articula fundamentalmente com uma prática social mais próxima da caridade. Por outro lado, verifica-se também uma significativa ascensão das religiões evangélicas (sobretudo as pentecostais), cujo modelo de associativismo também está mais próximo da caridade do que de formas de ação política direta. Ressaltamos, porém, que tal interpretação se situa apenas no campo

hipotético, pois não temos elementos empíricos que nos permitam ir além desse plano.

Para além dos nossos dados empíricos, gostaríamos de destacar que, embora a multidimensionalidade dos atos participativos tenha sido reafirmada em nosso estudo, isso não implica dizer que as estratégias e os repertórios dos ativistas políticos sejam os mesmos em todos os lugares. A literatura sobre o processo político, já faz muito tempo vem alertando que os repertórios da ação coletiva são profundamente influenciados pelo contexto político institucional em que são desenvolvidos (Tilly, 2006). Por outro lado, em estudos comparados em países da América Latina (Borba e Ribeiro, 2010; Ribeiro e Borba, 2010), também verificamos que, embora em todos os países estudados a participação numa modalidade específica influencia no engajamento em outras modalidades, os impactos de uma modalidade sobre outra são relativamente distintos, dependendo do contexto. Considerando tais resultados, acreditamos que o avanço nas pesquisas sobre participação passa cada vez mais, pela necessidade de articulação entre as bases individuais (sócio-demográficas, atitudinais, comportamentais) e a dimensão do contexto em que se desenvolvem os atos participativos. Em que pesem as dificuldades metodológicas e empíricas de tal estudo (conforme pode ser verificado no trabalho pioneiro de (Dalton, Sickle e Weldon, 2009), acreditamos que será somente assim que se poderá avançar em tal agenda de pesquisas, de modo a abrir a “caixa preta” que ainda é o fenômeno da articulação entre as distintas modalidades de participação (Huxtin e Denk, 2009: 12).

#### Referências:

ARBUCKLE, J. Amos 6.0 User's guide. Chicago: IL: SPSS, Inc. 2005.

ALDRICH, J. H. "Rational choice and turnout". *American Journal of Political Science*, n 37, p. 246-278, 1993.

AVRITZER, L. "Um desenho institucional para o novo associativismo". *Lua Nova*, n. 39. 1997.

BARNES, S.H. e KAASE, M. (org.). **Political Action**: mass participation in five Western democracies. Beverly Hills, CA: Sage, 1979.

BENTLER, P.M. e BONETT, D.G. "Significance tests and goodness of fit in the analysis of covariance structures". *Psychological Bulletin*, n 88, p. 588-606, 1980.

BENTLER, P.M. "Comparative fit indexes in structural models". *Psychological Bulletin*, n 107, p. 238-246, 1990.

BORBA, J. e RIBEIRO, E. "Participação convencional e não convencional na América Latina". *Revista Latino Americana de Opinión Pública*, 2010.

BOOTH, J. e SELISON, M. A. **Political participation in Latin America**. v. 1, Citizen and State. Holmes & Meyer Publishers. 1976.

BRADY, H.E. "Political participation". In: Robinson, J. P. (eds.), **Measures of political attitudes**. San Diego, CA: Academic Press, p. 737-801, 1999.

BURNS, N. e SCHLOZMAN, K. L e VERBA, S. **The private roots of public action: gender, equality, and political participation**. Cambridge, Massachusetts, London, Engalnd, 2001.

CARREIRAO, Y. S. E. e KINZO, M. D. "Partidos políticos, preferencia partidária e decisão eleitoral" (1989/2002). *Dados*, v. 47, n. 1, p. 131-68, p. 150, 2004.

CLARK, T. N. e HOFFMANN-MARTINOT, V. **The new political culture**. Boulder, Colo.: Westview Press, 1998.

CROZIER, M, HUNTINGTON, S. e WATANUKI, J. **The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the Trilateral Commission**. New York: UP, 1975.

DAHL, R. A. **On political equality**. Yale University Press, 2006.

DALTON, R. e KLINGEMANN, H. H. **Oxford handbook of political behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

DALTON, R. **The good citizen: how a younger generation is reshaping american politics**. Washington, DC: Congressional Quarterly, 2009.

DALTON, R.J. **Citizen politics: Public opinion and participation in advanced industrialdemocracies**. 3rd edition. New York: Seven Bridges Press, 2002.

DALTON, R; SICKLE, V.A. e WELDON, S. "The individual-institutional nexus of protest". *Brithish Journal of Political Science*, n. 40, p. 51-73, 2009.

DELLA-PORTA, D. **Introdução a Ciência Política**. Lisboa: Editorial Estampa. 2003.

DELLA-PORTA, D. "Paths to february 15 protest: social or political determinants? To be published in Dieter Rucht and Stefaan Walgrave" (Eds), **Protest Politics anti-war mobilization in western democracies**. Disponível em [www.lse.ac.uk/Depts/global/PDFs/Peaceconference/dellaporta.doc](http://www.lse.ac.uk/Depts/global/PDFs/Peaceconference/dellaporta.doc). Acesso em: dezembro de 2008.

HAIR, J.F. et al. **Multivariate data analysis**. New York: Macmillan, 1993.

HIRSCHMAN, A. O. **Exit, voice, and loyalty - responses to decline in firms organizations, and states**. Cambridge: Harvard University Press, 1970.

HUNTINGTON, S. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: EDUSP, 1975.

HUNTINGTON, S. e NELSON, J. M. **No easy choice: political participation in developing countries**. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

HUSTIN, L. e DENK, T. "The black box problem in the study of political participation". Paper prepared to CINEFOGO WP 11 WORKSHOP: "Methodological Challenges in Cross-National Participation Research". The Hague, 16-19 January, 2009. Disponível em: [http://cinefogo.cuni.cz/index.php?&l=0&w=16&id\\_event=92](http://cinefogo.cuni.cz/index.php?&l=0&w=16&id_event=92). Acesso em novembro de 2010.

INGLEHART, R. e WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

JENNINGS, M. K. et al. **Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three western democracies**. Walter de Gruyter, Berlin, New York, 1990.

KALAYCIOGLU, E. e TURAN, I. "Measuring political participation: a cross-cultural application". *Comparative Political Studies*, n. 14, p. 123-135, 1981.

KINZO, M. D. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KINZO, M. D. "Os partidos no eleitorado". Percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, p. 65-81. 2005.

LESBAUPIN, I. (Org.). **Igreja, movimentos populares, política no Brasil**. São Paulo: Loyola. 1983.

LEIGHLEY, J. E. "Attitudes, opportunities and incentives: a fieldy essay on political participation". *Political Research Quarterly*, n. 48, p. 181-209, 1995.

LIJPHART, A. "Unequal participation: democracy's unresolved dilemma". *The American Political Science Review*, v. 91, n. 1, p. 1-14, 1997.

MENEGUELLO, R. PT: a formação de um partido (1979-1982). São Paulo: Paz e Terra, p. 220, 1989.

MILBRATH, L. W. **Political Participation**. Chicago: RandMcNally, 1965.

MILBRATH, L. e GOEL, M. L. **Political participation**. Boston: University Press of America, 1977.

NEWTON, K. e GIEBLER, H. **Patterns of participation: political and social participation in 22 Nations**. Berlin, July, . Discussion Paper, 2008.

NORRIS, P. **Democratic phoenix: reinventing political activism**. Cambridge: Cambridge University Press. 2002.

NORRIS, P. "Political activism: new challenges, new opportunities". In: BOIX e STOKES, D. *The oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University Press, p. 628-652, 2007. Disponível em <http://ksghome.harvard.edu/~pnorris/Acrobat/Boix&stokes-chap26.pdf>. Acesso em fevereiro de 2009.

NUNES, E. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Brasília ENAP, 1995.

OLIVEIRA, W. J. F. "Gênese e redefinições do militantismo ambientalista no Brasil". In: *Dados*, v. 51, p. 751-777, 2008.

PASQUINO, G. *Curso de ciência política*. 2º ed. Lisboa: Princípia, 2010.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

PUTNAM, R. *Solo en la bolera. Colapso y resurgimiento de la comunidade norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.

PUTNAM, R. (Org.). *El declive del capital social*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.

RIBEIRO, E. e BORBA, J. "Participação e pós-materialismo na América Latina". *Revista Opinião Pública*, Campinas: UNICAMP, v. 16, n. 1, p. 28-63, 2010.

SINGER, A. "A segunda alma do Partido dos Trabalhadores". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 88, nov. 2010, p. 89-111, 2010.

SOUZA, M. C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1946)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STOLLE, D.; HOOGHE, M. e MICHELETTI, M. "Politics in the Supermarket: political consumerism as a form of political participation". *International Political Science Review*, v. 26, n. 3, p. 245-269, 2005.

TARROW, S. *Poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEORELL, J. e TORCAL, M. e MONTERO, J.R. "Political participation: Mapping the terrain". In: Van Deth, Montero, J. R. e Westholm, A. (eds.). *Citizenship and involvement in european democracies: a comparative analysis*. London: Routledge, p. 334-357, 2007.

TEORELL, J. "Political Participation and three theories of democracy: a research inventory and agenda". *European Journal of Political Research*, v.45. n.5, p. 787-810, 2006.

TILLY, C. *Regimes and repertoires*. Chicago: The Univesity Chicago Press, 2006.

TOPF, R. "Beyond electoral participation". In Klingemann, H. D. e Fuchs, D. (Eds.), *Citizens and the State*. New York: Oxford University Press. p. 53-91, 1995a.

TOPF, R. "Electoral participation". In: Klingemann, H. D. e Fuchs, D (Eds.). *Citizens and the State*. New York: Oxford University Press, p. 27-51, 1995b.

VAN DETH, J. W. "A note on measuring political participation". *Quality and Quantity*, n. 120, p.261-272, 1986.

VAN DETH, J. W. **Studying political participation: towards a theory of everything?** Paper presented at the ECPR Joint Sessions of Workshops, Grenoble, April 6-11th, 2001.

VEIGA, L.F. "Os partidos políticos na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002". *Revista Opinião Pública*, Campinas: UNICAMP, v. 13, p. 340-365, 2007.

VERBA, S. e NIE, N. H. **Participation in America** - Political democracy and social equality. Harper & Row Publishers: New York, 1972.

VERBA, S.; NIE, N. H. e KIM, J. O. **The modes of democratic participation: a cross-national comparison**. Sage: Beverly Hills, California, 1971.

VERBA, S.; NIE, N. H. e KIM, J. O. **Participation and political equality** - a seven-nation comparison. The University of Chicago Press: Chicago, 1978.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.L. e BRADY, H.E. **Voice and equality**. Civic voluntarism in American politics. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1995a.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K.L. e BRADY, H.E. "Beyond SES: a resource model of political participation" *The American Political Science Review*, v. 89, n. 2, p. 271-294, 1995b.

VERBA, S. "Fairness, equality, and democracy: three big words". *Social Research: an international quarterly of Social Sciences*, v. 73, n.2, p. 499-540, 2006.

WHITELEY, P. F. "Rational choice and political participation - evaluating the debate". *Political Research Quarterly*, n. 48, p. 211-233, 1995.